

## ENTREVISTA

# Bier promete ser "chato" na defesa do ajuste fiscal

*O economista assume quinta-feira a Secretaria de Política Econômica e acredita ser possível manter o controle de gastos do governo mesmo num ano eleitoral*

LU AIKO OTTA

**B**RASÍLIA - Na quinta-feira, o economista Amauri Bier assumirá o comando da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda com uma idéia na cabeça: ser o "chato de plantão". Sua chaticice terá como alvo todas as iniciativas do Congresso e do próprio governo que signifiquem ameaça ao ajuste fiscal do governo - ou seja, tudo o que represente mais gastos sem a devida fonte de financiamento.

Ele acredita que será possível manter o controle mesmo num ano eleitoral. "O governo já deu demonstrações claras de que pretende manter a austeridade", disse, em entrevista ao *Estado*. Bier acredita que a atual situação das economias doméstica e internacional permitem fazer uma nova redução das taxas de juros, na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

"Já foi feita uma redução importante na última reunião." Ele acredita que, agora, as condições são iguais ou até melhores. "Mas isso é decisão do Banco Central", desconversa. "Até lá, ele estará avaliando e tomando a decisão mais adequada." Bier ocupa a chefia da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento. Antes, foi o economista-chefe do Citibank, após breve passagem em Brasília, no início do governo Collor. Foi assessor de Antônio Kandir, quando este ocupava a Secretaria Especial de Política Econômica, na gestão de Zélia Cardoso de Mello.

**Estado - De todas as frentes a serem acompanhadas pela secretaria, qual é a prioritária?**

**Amauri Bier** - A questão fiscal. Precisamos continuar atuando em duas frentes: o curto prazo e as questões de longo prazo, como o impacto das reformas, seus reflexos sobre as contas públicas nos próximos anos e as medidas complementares às propostas que já estão no Congresso.

**Estado - No curto prazo, já**

**tem o pacote fiscal anunciado em novembro. São necessárias medidas adicionais?**

**Bier** - A questão é monitorar com atenção as medidas e acompanhar o quadro fiscal com atenção redobrada. Não se trata apenas das contas de 98, mas de coisas que possam impactar o controle fiscal, como a aprovação de determinados projetos de lei que estão no Congresso ou de idéias de outras áreas do governo. É necessário ter sempre um chato de plantão para olhar as coisas não pela lógica setorial, mas levando em conta o aspecto geral, macroeconômico do plano.

**C**PMF TEM  
BAIXO  
CUSTO DE  
ARRECADAÇÃO,  
MAS  
CRIA  
DISTORÇÕES

**Estado - A idéia de tornar permanente a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) seria a um exemplo desse tipo de medida?**

**Bier** - O problema mais amplo, encontrar uma forma permanente de financiamento da saúde, é um tema a ser discutido.

**Estado - O senhor é favorável a tornar a CPMF permanente?**

**Bier** - Eu não tenho posição sobre isso. É uma questão que deve ser analisada com objetividade, na busca da melhor alternativa.

**Estado - Essa alternativa foi muito procurada antes de se propor a CPMF. A área econômica não queria a contribuição, por se tratar de um tributo em cascata, que encarece a produção. Mas ela acabou sendo criada. O que mudou, agora?**

**Bier** - É uma questão ainda a ser definida. A CPMF tem vantagens, por ser um tributo de base muito ampla e baixo custo de arrecadação. Por outro lado, ela cria distorções - pouco visíveis, mas são distorções.

**Estado - Como agirá o chato de plantão num ano eleitoral?**

**Bier** - O que vejo é que o governo já deu sinais claros de que manterá a austeridade fiscal neste ano. Todos os cortes previstos em novembro foram feitos. No dia 6



Amauri Bier: "As medidas do governo e a melhora no quadro asiático permitirão redução adicional dos juros"

de janeiro, o decreto de contenção do Orçamento Geral da União e a revisão do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais apontaram nessa direção.

**Estado - O pagamento de precatórios é apontado como um fator que dificulta o ajustel. É possível fazer algo para reduzir seu peso sobre a despesa pública?**

**Bier** - O peso dos precatórios é uma das heranças negativas da redução das taxas de inflação. A despesa com precatório deve ser contabilizada em um ano, para ser paga no ano seguinte. Quando havia inflação, os valores acabavam corroidos. Agora, a cobrança é mais pesada. Tudo depende de como agirá o Judiciário. Acho razoável pensar que, mais adiante, os gastos com precatórios tendam a estabilizar-se. Mas não tenho argumentos para demonstrar isso. Essa é uma das questões que mais têm afetado as contas públicas. Outra é a Previdência, cujo resultado, em 97, nos pegou de surpresa.

**Estado - A aprovação da reforma previdenciária trará reflexos no curto prazo?**

**Bier** - Sim, e bastante altos. O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) estimou que, no primeiro ano posterior à aprovação da reforma, o impacto será de R\$ 3,4 bilhões, para o conjunto do setor público. Esse ganho é crescente ao longo do tempo, tendo em vista a aplicação das regras de transição. Dessa forma, pelo menos o déficit da Previdência parará de crescer.

**Estado - Ainda na área fiscal, há o refinanciamento das dívidas dos Estados, que está em fase final, e a pressão dos municípios para obter um programa semelhante. Será possível?**

**Bier** - Acho que o trabalho feito com os Estados é muito importante. Além do refinanciamento das dívidas, houve as privatizações, que teriam sido muito benéficas, se o resultado fosse utilizado para o abatimento de dívida pública. Mesmo

não ocorrendo isso, foi importante porque o governo federal passará a ter mais controle sobre os mecanismos de financiamento dos Estados. Houve uma mudança qualitativa na relação entre o governo federal e os governos estaduais.

**Estado - E os municípios?**

**Bier** - Não conheço nenhuma iniciativa em discussão, a não ser pelos jornais. É um universo heterogêneo, difícil de ser diagnosticado. Há alguns municípios com problemas claros, que, no meu entender, devem ser resolvidos pelos próprios municípios.

**Estado - O que será feito para reduzir as taxas recordes de desemprego que vêm sendo registradas?**

**Bier** - A questão do desemprego comporta dois tipos de avaliação: a conjuntural e a estrutural. Na primeira, vemos que as necessárias medidas tomadas em outubro e novembro tiveram repercussões na taxa de crescimento - o que, por sua vez, aumenta a dificuldade de absorção de mão-de-obra. Mas este é um período atípico, que está passando, e as taxas de juros já estão em níveis mais razoáveis. Do ponto de vista estrutural, temos uma reestruturação econômica em curso, com aumento de produtividade nas empresas e desconcentração das empresas nas grandes regiões metropolitanas, sobretudo na Grande São

Paulo. Isso afeta a mensuração da taxa de desemprego.

**Estado - Não seria o caso de ousar mais?**

**Bier** - O governo tem conseguido bons resultados com o retraining dos trabalhadores, os incentivos às microempresas e aos setores intensivos de mão-de-obra. Mas há uma restrição maior. Estamos na transição para a consolidação do processo de estabilização, e isso diminui a liberdade para ações mais fortes, ou algo mais bombástico no combate ao desemprego. A criação de emprego é importante, mas não se pode prejudicar a consistência do plano.

**Estado - É possível acelerar a velocidade da redução das taxas de juros?**

**Bier** - Se a pergunta é se dá para reduzir a TBC, que atualmente está em 28,5%, a resposta é sim. Com que intensidade e com que calendário, é decisão do Banco Central. Na reunião anterior, o BC já fez um movimento importante e ainda assim o fluxo de capitais estrangeiros continuou com ingressos líquidos bastante razoáveis. Tanto que o nível das reservas internacionais já está próximo

dos níveis de antes da crise. Na economia internacional, houve reflexos positivos das medidas tomadas pelo Brasil. A reação à percepção do que foi feito pelo governo brasileiro e a melhora no quadro asiático permitirão uma redução adicional das taxas de juros.

**Estado - E as contas externas?**

**O relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o Brasil alertou para a deterioração ocorrida no ano passado.**

**Bier** - O sinal para as contas externas hoje é de melhora. É possível que o déficit em transações correntes decline, de acordo com a linha de projeções de todas as instituições privadas. Continuaremos buscando a melhora das condições de infra-estrutura, a criação de condições de financiamento adequadas para a exportação, o alargamento da base exportadora do País, a alterações de natureza tributária. Tudo isso dá melhores condições de competitividade, não só para o produto brasileiro lá fora, como para competir com o produto importado internamente.

**P**ROJEÇÕES  
INDICAM QUE  
DÉFICIT EM  
TRANSAÇÕES  
CORRENTES  
DEVE  
DECLINAR

**C**RIAR  
EMPREGOS É  
IMPORTANTE,  
MAS ISSO NÃO  
PODE  
PREJUDICAR O  
PLANO